em pauta

Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade

Social Work in History: resistance to social inequalities and respect for Diversity

Marilda Villela Iamamoto*

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86520

RESUMO

O texto *Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à diversidade* pretende inscrever o Serviço Social nos processos históricos em curso. Busca identificá-los e, por seu intermédio, lançar luz sobre transformações operadas no Serviço Social contemporâneo – na educação, no trabalho e na organização gremial –, na perspectiva de reforçar vínculos ético-políticos com sujeitos sociais com quem trabalhamos em sua unidade de diversidades. O horizonte é a ação social conjunta na defesa de um projeto de Serviço Social comprometido com a paz, os direitos humanos, a democracia, a justiça social e a preservação do planeta, preceitos éticos que balizam as ações de assistentes sociais e nos unificam. Ele aborda: I. O Serviço Social na história; II. A ação social conjunta na resistência às desigualdades sociais e o respeito à diversidade e seus desafios.

Palavras-Chave: Serviço Social na história; desigualdades sociais e diversidades na América Latina; projeto profissional do Serviço Social latino-americano; educação em Serviço Social; trabalho e organização gremial em Serviço Social.

ABSTRACT

The text "Social Work in History: resistance to social inequalities and respect for diversity" aims to include Social Work in ongoing historical processes. It tries to identify them and, through them, shed light on transformations carried out in contemporary Social Work - in education, in work and union organization - in view of reinforcing ethical-political links with social subjects with whom we work in their diversity unit. The frame is joint social action in defense of a Social Work project committed to peace, human rights, democracy, social justice and the preservation of the planet, ethical precepts that guide the actions of social workers and which unify us. It addresses: I. Social Work in History; II. Joint social action to resist social inequalities and respect diversity and its challenges.

Keywords: Social work in History; Social inequalities and diversities in Latin America; professional project of Latin American Social Work; education in Social Work; work and collective organization in Social Work.

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mviamamoto@uol.com.br.

Como citar: IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 20-33, set./dez, 2024. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2024.86520.

Recebido em 08 de julho de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de julho de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.

© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Esta exposição[1], *Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à diversidade*, pretende inscrever o Serviço Social nos processos históricos em curso[2]. Busca identificá-los e, por seu intermédio, lançar luz sobre transformações operadas no Serviço Social contemporâneo – na educação, no trabalho e na organização gremial – na perspectiva de reforçar vínculos ético-políticos com sujeitos sociais com que trabalhamos em sua unidade de diversidades. O horizonte é a ação social conjunta na defesa de um projeto de Serviço Social comprometido com a paz, os direitos humanos, a democracia, a justiça social e a preservação do planeta, preceitos éticos que balizam as ações de assistentes sociais e nos unificam (ASSW-Aiets, 2024).

As tensões econômicas na disputa pela hegemonia e pelo mercado mundial impulsionam conflitos bélicos – como a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, com participação direta da Otan. E, mais recentemente, a guerra de extermínio na Faixa de Gaza entre Israel e o governo de Hamas, indissociáveis da expansão da indústria armamentista. As tensões intensificam a enorme crise humanitária, a imigração massiva de refugiados que fogem da guerra, da fome e da pobreza. Em Gaza, há cerca de 30 mil vítimas fatais, a maioria de crianças, idosos e mulheres, e 80% da população é forçada a deixar suas casas. A Organização Mundial da Saúde alerta que a população sofre de fome, de sede, de doenças e de outros tipos de privações.

É *urgente* um cessar fogo definitivo que permita a prestação de ajuda humanitária desimpedida e a imediata liberação dos reféns (Brasil, 2024). Ou, nos termos da declaração da Fits/IFSW no *Dia Internacional da Fraternidade Humana* (1 fev. 2024), "promover um ambiente onde paz e compreensão possam florescer" (IFSW, 2024), visto serem os princípios da compreensão, respeito e solidariedade basilares de nossa profissão.

Vivemos uma era de "desassossegos" (Rosa, 1995): de crise do capital sob a liderança das finanças, impulsionada pela radicalização neoliberal e pelo crescimento mundial das forças organizadas da extrema direita. Para Dardot e Laval (2016), mais que uma ideologia e uma política econômica, esse sistema normativo expande a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Segundo esses autores, a subjetivação neoliberal mutila a vida em comum e estimula a ordem do mercado, o Estado forte – guardião do direito privado –, o governo empresarial e a privatização do setor público. Aprofunda-se a concorrência em todos os níveis e o egoísmo social, dentre outras dimensões.

1 Texto da exposição feita na Conferência Conjunta sobre Trabalho Social, Educação e Desenvolvimento Social (SWSD) de 2024, realizada na cidade de Panamá e organizada pelas entidades mundiais de Serviço Social: Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (IFSW), Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (IASSW) e Conferência Internacional de Trabalho Social (ICSW).

2 Incorporo parcialmente extratos do texto de minha autoria *Nas trilhas coletivas da resistência: Serviço Social e lutas sociais na América Latina*, publicado na *Revista Temporalis* (Iamamoto, 2022).

Assim, presenciamos a expansão da barbárie, a regressão das conquistas civilizatórias diante do crescimento da pobreza e da insegurança alimentar, acompanhada da criminalização das lutas sociais. A crise climática tem efeitos deletérios nos recursos naturais do planeta na busca da acumulação sem limites.

Nesse tempo de turbulência, ao inscrever o Serviço Social na história, optamos *pela margem da resistência*: soldar "uma aproximação teórica e política com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa de direitos e projetos societários das classes subalternas" (Iamamoto; Santos, 2021, p. 26). Suas reivindicações e lutas se diversificam: pela terra, em defesa do licenciamento ambiental, contra a grilagem, a mineração ilegal e o narcotráfico; de assalariados por condições dignas de trabalho protegido, por melhorias salariais e contra o desemprego e o subemprego; de mulheres e homens afrodescendentes contra o preconceito, na defesa de sua cultura ancestral e do respeito às suas características étnico-raciais; de populações urbanas periféricas contra a violência do Estado; de estudantes em defesa do ensino laico, gratuito e de qualidade; direito à infância; dos idosos no respeito aos seus direitos; da luta contra a fome e pela segurança alimentar; de mulheres contra o patriarcalismo, o machismo e o feminicídio; da população LGBTQIA+ contra a homofobia, contra a violência sobre seus corpos e contra os homicídios de que são vítimas.

A presente exposição inclui dois tópicos: o primeiro aborda o Serviço Social na história e o segundo enfoca a ação social conjunta na resistência às desigualdades sociais e o respeito à diversidade e seus desafios.

Serviço Social na História

Aqui assume-se a História como ciência magna. Para Hobsbawm (2006, p. 83), "a história é o banco de memória da experiência". Ela contribui *para elucidar a força irruptiva da novidade do presente perante a experiência do passado*. O esforço é apreender *o Serviço Social no movimento da história*, sempre aberta ao vir-a-ser no processo da vida em sociedade, em estreito vínculo com as forças comprometidas com as lutas emancipatórias (Fernandes, 1983, p. 36).

O Serviço Social transforma-se e nega-se no movimento da história para renascer novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo. Trata-se de apreender o Serviço Social em permanente movimento de superação, no sentido hegeliano de *Aufhebung* – determinação fundamental que significa, ao mesmo tempo, supressão, aniquilação e conservação (Pertillo, 2013). As múltiplas expressões da "*questão social*" em suas vivências pelos sujeitos sociais – densas de desigualdades e rebeldias – são a matéria de nossa atuação profissional. Elas se mostram nas particularidades da *questão nacional* em suas relações com os centros de poder mundial.

Em *Nuestra América*, o Serviço Social completa os 100 anos de existência, em 2025. O marco foi a fundação da primeira Escola de Serviço Social, em 1925, no Chile. Essecentenário será comemorado coletivamente pelas unidades de ensino do Chile, com o impulso da Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social (Alaeits), ali sediada atualmente. Desde então, o Serviço Social desenvolveu-se: adquiriu estatura profissional e teórica; multiplicou os centros de formação em níveis de graduação e pós-graduação; impulsionou a pesquisa e a produção de conhecimento; o mercado de trabalho especializado cresceu e a organização gremial foi fortalecida. Na contracorrente ao obscurantismo, universidades e entidades profissionais têm sido desafiadas a *articular razão crítica e história para cultivar a competência crítica – para além das necessidades do mercado e do capital –, politicamente sensível às necessidades e interesses da maioria.*

O Serviço Social tem sido apreendido enquanto especialização do trabalho *da sociedade, inscrito na divisão social e técnica do trabalho* (Iamamoto; Carvalho, 1982), como *profissão cujo exercício é reconhecido como trabalho; e como área de conhecimento, conquista acadêmica de muitos países*.

O "significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social "inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das 'sequelas' da *questão social*" (Abess/Cedepss, 1996). Nosso trabalho cotidiano é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre classes sociais e seus conflitos. Foram as lutas das classes subalternas que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a "questão social" para a esfera pública. Ela passa a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais públicos, mediações fundamentais do exercício profissional.

América Latina e Caribe, "uma realidade geo-histórica, político-econômica e cultural complexa, heterogênea, contraditória e errática" (Ianni, 2009, p. 201) que *também cria, recria e esconde a barbárie.* Nossa modernidade combina-se ao legado de séculos de escravismo africano e de destruição de povos originários, suas culturas e territórios. Segundo Ianni (1993, p. 27), aqui o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes.

A pesquisa em rede sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (1965-1975) e no seu diálogo internacional reuniu 21 universidades latino-americanas e europeias entre 2016-2021, sendo por mim coordenada, junto com Cláudia Mônica dos Santos (Iamamoto; Santos, 2021). Ela mostra que foi na resistência coletiva aos períodos mais duros de repressão ditatorial que emergiram experiências críticas inovadoras no Serviço Social, contestando a contrarrevolução na América Latina. O mesmo ocorre, sob *outros determinantes históricos*, na Espanha e em Portugal e em

movimentos contestatórios de assistentes sociais nos EUA e Reino Unido. Aquele movimento foi um marco fundamental na aproximação política e teórica do Serviço Social aos segmentos sociais subalternos e abriu espaços para inédita incorporação de concepções progressistas no universo intelectual e cultural do Serviço Social latino-americano: a pedagogia para a liberdade de Paulo Freire, a Teologia da Libertação, a crítica ao colonialismo, a teoria da dependência e interpretações histórico-críticas sobre a nossa sociedade de diferentes matizes.

Ação social conjunta na resistência às desigualdades sociais, o respeito à diversidade e seus desafios

1. Ao pensar os desafios contemporâneos do Serviço Social na história, é impossível silenciar a *lógica financeira do regime de acumulação* que alicerça o neoliberalismo e indica um *modo de estruturação da economia mundial* (Husson, 1999). *Ela tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão, como já sustentava* Salama (1999). A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital dinheiro *aparece* como *coisa autocriadora de juros*, dinheiro que gera dinheiro (D – D') *obscurecendo as cicatrizes de sua origem*. O dinheiro tem agora "amor no corpo", como cita o Fausto, de Goethe (Marx, 1985, p. 295). Nessa forma mais fetichizada do capital, o juro aparece como se brotasse da mera *propriedade* do capital, *independente da produção e da exploração do trabalho não pago de trabalhadores/as*, principais agentes do processo de financeirização – os *grupos industriais transnacionais* e os *investidores institucionais*, ou seja, bancos, companhias de seguros, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos de pensão e fundos mútuos. Os dois braços em que se apoiam as finanças – *as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas* – só sobrevivem com a decisão do Estado e suporte das políticas fiscais e monetárias. Elas encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida dos assalariados: por um lado, a privatização do Estado e o desmonte das políticas públicas universais; de outro, a focalização e a mercantilização capitalista dos serviços públicos e a flexibilização da legislação protetora do trabalho. Ao combinar-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, induz que a carga de impostos recaia sobre a maioria, deteriorando condições de vida e de trabalho. Nesse cenário, a "questão social" *condensa a banalização da natureza e da vida humana*, o que *nos impulsiona a unir forças numa ação social conjunta para o seu enfrentamento.*
2. *A pandemia mundial* da Covid-19 encontra um *terreno já minado pela crise*. A perspectiva (neo)liberal tendeu a "naturalizar" a crise sanitária, atribuindo-a a elementos biológicos exógenos às relações sociais no "capitalismo pandêmico" (Antunes,

2022). A letalidade foi atravessada pela diversidade – condições de vida e de trabalho, dimensões étnico-raciais, geracionais, de cor, sexo e territoriais –, sendo vivida por nós, assistentes sociais, e pelos sujeitos com os quais trabalhamos.

3. *No universo do trabalho e de trabalhadores/as*, verifica-se o crescimento do desemprego, a informalidade no setor de serviços de baixa produtividade. Durante a pandemia, tecnologias de informação e comunicação (TICs) impulsionaram experiências do "teletrabalho", operado em plataformas digitais, e do "home office" ou "trabalho remoto", assim como o ensino remoto. Sua permanência modifica as condições de trabalho de todos – também de assistentes sociais –, instaurando a convivência entre *alta tecnologia e relações de trabalho regressivas*, marcadas com o selo da superexploração, alimentando os lucros de capitais mundializados. A "nova morfologia do trabalho na era digital" (Antunes, 2020; Raichelis; Vicente; Albuquerque, 2018; Raichelis, 2023) tem expandido a desregulamentação do trabalho, a informalidade, a terceirização e gera profundas repercussões na crise do sindicalismo. Experiências em plataformas digitais difundidas em corporações globais (*Amazon, Uber, Google, Facebook, Ifood etc.*) tornam-se viáveis no cenário de imensa força de trabalho sobrante e desempregada. A metamorfose de "trabalhadores assalariados" em pretensos "prestadores de serviços autônomos" burla a legislação trabalhista e evoca uma ilusória liberdade presente no empreendedorismo, silenciando as condições históricas macrossociais da crise econômica (Barbosa, 2023). Nós, assistentes sociais, também sofremos os impactos dessas mudanças na composição dessa categoria profissional e nos espaços ocupacionais. É importante e necessário impulsionar pesquisas sobre a categoria: quem somos nós e quais as condições e relações de trabalho. A pesquisa sobre o perfil profissional de assistentes sociais *Formação, condições de trabalho e exercício profissional*, no Brasil (CFESS, 2022), contabilizou, em 2019, 176.524 assistentes sociais com inscrição ativa no Conselho Federal de Serviço Social. A categoria é majoritariamente formada de pessoas negras pretas ou pardas – mais de 50% da categoria, do sexo feminino (92%) – com progressivo aumento do sexo masculino e outras expressões de sexo – heterossexual, católica e com baixo nível salarial – 52 % com rendimentos em 2019 de até 710 dólares aproximadamente. Tem-se a prevalência de um único vínculo de trabalho (71%), e o índice de desocupação constatado encontra-se acima da média nacional: 15% sem vínculo e rendimento. Majoritariamente oriunda do ensino privado lucrativo (52%), a categoria mantém expressiva busca por aprimoramento teórico: 80% com titulação pós-graduada, com predomínio do nível de especialização.
4. *A redefinição da proteção social, um dos principais campos de inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho.* A gestão de políticas e a prestação de serviços sociais são

um terreno privilegiado do trabalho de assistentes sociais. Uma inflexão ultraliberal ocorre, a partir de 2000, nas políticas de proteção social a partir do Banco Mundial. Elas passam a ser vistas como *"administração ou gestão do risco social" perante segmentos populacionais em "situação de vulnerabilidade", na linguagem oficial.* A *política de proteção social* como estratégia de manejo ou administração de risco, fundada no movimento do mercado, contou com suporte acadêmico de teóricos de amplo reconhecimento na sociologia europeia, como Ulrich Beck (Beck, 1997a, 1997b, 2008) e Anthony Giddens (Giddens, 1998); Giddens; Pierson, 2000; Giddens; Beck; Lash, 2007), municiadores intelectuais da "terceira via" ante a "morte do socialismo" e da "luta de classes" (Iamamoto, 2008).

Nossa hipótese é que a *chamada teoria do risco é o verso da teoria da crise do capital, fetichizada* e apresentada ao reverso: meros riscos acidentais, inerentes ao sucesso do capital, passíveis de serem administrados. Um conjunto de categorizações de clara inspiração liberal – *riscos, ativos, vulnerabilidades, igualdade de oportunidades* – informa a leitura da pobreza como *fracasso individual no ingresso aos mecanismos de mercado*. Atribui-se aos indivíduos atomizados e a suas famílias a "culpa de sua pobreza" e "responsabilidade" de se protegerem contra os riscos (naturais e artificiais). Caberia ao Estado compensar as "falhas do mercado" e fornecer "redes de proteção social aos pobres vulneráveis" para lidar com o risco, ante a ordem do capital naturalizada. *Estimula-se o empoderamento de indivíduos e recomendações de* reduzir sua dependência perante as instituições estatais, reduzir "gastos sociais", favorecendo *canalizar o fundo público ao financiamento do capital* (Oliveira, 1998; Behring, 2021) mediante a *focalização das políticas e programas sociais de caráter massivo e de baixo custo* nos segmentos pobres mais vulneráveis: indivíduos, famílias e comunidades (Iamamoto, 2010)[3].

5. *O debate étnico-racial de povos originários e de origem africana abre portas e janelas para a oxigenação de nosso projeto profissional – no trabalho, na educação, na pesquisa e na organização política da categoria.* Os *holofotes do mundo miram a Amazônia* (O Globo, 2023), um dos pilares de salvação do planeta e parte de nossa unidade latino-americana. Ela integra o *Brasil* e oito países fronteiriços da Região Amazônica: *Guiana Francesa*; *Suriname*; *República da Guiana; Venezuela*; *Colômbia*; *Peru* e *Bolívia*. O esgotamento de terras agrícolas para expansão do agronegócio impulsiona invasão de áreas de preservação ambiental, habitadas por povos indígenas. Elas tornam-se alvo de violência extrema na expropriação de populações originárias, de posseiros e produtores agrícolas de seus meios de vida, ameaçando o clima no mundo. Métodos violentos são similares ao da chamada "acumulação primitiva" na formação do capital na Europa, nos séculos XV e XVI (Marx, 2017).

3 Comunicação de Iamamoto em mesa coordenada da Abess-Enpess em 2010, intitulada *O novo ecletismo na política social brasileira: entre o risco social e a luta por direitos*.

A *Agenda Global* da ONU 2015-2030 (ONU, 2015), assumida por nossas entidades internacionais – Aiets, Fits e ICSW –, inclui a defesa e difusão do "bem-viver": compartilhar o futuro para uma ação transformadora[4]. É uma proposta de raiz anticapitalista na contraposição ao conceito eurocêntrico do *bem-estar* e da *colonialidade do poder.* Ela sintoniza-se com a *Carta dos Povos para um Mundo Eco social – Construindo um Novo Mundo Eco social: não deixando ninguém para traz"* (Cúpula da Amazônia, 2023).

O "bem viver" é parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio: *handereko*, "nossa forma de vida" – para os *guaranis* –, presente na cosmovisão de várias etnias andinas e amazônicas. Esta perspectiva é fundada em visões de mundo de raiz utópica e idealista, mixada com elementos ecologistas feministas, cooperativistas, marxistas e humanistas. Segundo Acosta (2015), ele é visto "como uma oportunidade de construir coletivamente novas formas de vida numa convivência harmônica dos seres humanos com a natureza – enquanto são parte dela". Esse horizonte é fundado nos "direitos humanos" e nos "direitos da natureza", inspirados na reciprocidade e na solidariedade. Ele inspira-se, também, na filosofia africana do *ubuntu* – "eu sou porque somos" (Acosta, 2016).

Mas é preciso também lembrar que, sob a órbita do capital, riquezas naturais – das florestas, dos minérios, da água e do ar – tornam-se "ativos financeiros" – como os créditos de carbono – na *compensação às atividades poluentes por parte de países que historicamente provocaram as mudanças climáticas por meio de pagamento* em capital dinheiro. Eles são canalizados para regiões preservadas no combate de mudanças climáticas com o propósito de impulsionar a energia renovável, o controle do desmatamento, a preservação de biomas e florestas e os povos que nela habitam. O crédito no valor de 100 bilhões de dólares/ano para os países em desenvolvimento para a transição energética ecológica é cobrado pelos povos da Amazônia.

A financeirização do clima é contraditória. Por um lado, pretende-se "compensar" a destrutiva emissão de gazes de efeito estufa no planeta, financiando projetos preservacionistas da natureza em *outros* territórios – mediante intermediação de entidades certificadoras, responsáveis pelo "aval ético" da transação financeira. Por outro lado, essa estratégia em defesa da garantia de taxas de lucros de empresas de países cêntricos, responsáveis pelas alterações climáticas, simultaneamente tende a legitimar a continuidade da emissão de gazes de efeito estufa. Bens da natureza – a terra, o ar, o clima, nascentes, rios e aquíferos, florestas e a biodiversidade – não são valor, mas tornam-se equivalentes de capital, sujeitos à mercantilização mediante a compra e venda de ativos no mercado financeiro.

4 A Agenda Global foi assumida por nossas entidades internacionais – Aiets, Fits e ICSW Conselho Internacional de Serviço Social – e atualizada na versão 2022 a 2030 sob a coordenação de Abye Tassé e David N. Jones (IASSW-Aiets, 2024b).

O Brasil sediará, em 2025*, a Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas (COP 30)*, em Belém, no Estado do Pará, no coração da Amazônia. Simultaneamente à Cúpula dos Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA), realizou-se, em agosto de 2023, o XI *Fórum Social Panamazônico* (Fospa) (Foro Social...; Repam; Asamblea Mundial, 2023), que divulgou a *Carta dos Povos da Terra pela Amazônia: "Nada sobre nós, sem nós"* (Cúpula da Amazônia, 2023). Em fevereiro de 2024 são contabilizados 266 povos indígenas e a existência de 1.105 organizações indígenas (Instituto Socioambiental, 2018). No Brasil existem 274 línguas indígenas distintas – uma das maiores diversidades étnicas indígenas do planeta (Amaral; Billar, 2020). No universo do Serviço Social urge *intensificar estudos e pesquisas sobre a degradação ambiental e recursos naturais, aprofundando o tema na relação entre financeirização e degradação do planeta e as reivindicações dos povos amazônicos.*

6. O ensino, a pesquisa e a produção de conhecimentos na articulação latino-americana. Salientamos a importância de debater os padrões globais para o ensino e a formação em Serviço Social, propostos pela IASSW-Aiets e IFSW-Fits (Aiets; Fits, 2020), tendo em vista seu conhecimento, debate crítico e adequações regionais, favorecendo intercâmbios internacionais. Ao nível da formação universitária, há três décadas, na América Latina, ainda que de forma desigual, foram construídas propostas críticas da educação nos níveis de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, quadro que necessita ser mapeado e divulgado.

A pós-graduação *stricto sensu* vem alimentando a pesquisa, a produção editorial e o intercâmbio internacional no ensino, na pesquisa e na produção científica, o que se revela na volumosa apresentação *de trabalhos científicos nesta conferência mundial por parte de colegas latino-americanos.* Segundo o Ministério da Educação do Brasil (Capes-ME), em 2022, existem 36 programas de pós-graduação na área de Serviço Social, que incluem 56 cursos, dos quais 36 em nível de mestrado e 20 em nível de doutorado. Nas duas últimas décadas foram expandidas as relações internacionais, com a cooperação acadêmica, na formação de docentes e pesquisadores no país e no exterior, e houve a difusão da produção do Serviço Social brasileiro e investigações conjuntas[5].

A qualidade da educação em Serviço Social tem sido tensionada pelo crescimento exponencial do ensino privado, que tem na educação superior um mero "negócio" lucrativo, capitaneado por grandes corporações internacionais. Soma-se a isso a monumental expansão do ensino a distância (EaD), incompatível com o ensino em Serviço Social, na convicção de que educação não é mercadoria.

5 A formação acadêmica no Brasil tem por fundamento a "questão social", cujas expressões são eixos dos oito grupos temáticos de pesquisa da Abepss (2022). A este respeito consultar: https://www.abepss.org.br/gtps.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

7. Nosso projeto de Serviço Social se fortalece com entidades representativas – gremiais, acadêmicas e estudantis consolidadas, legitimadas e articuladas entre si. Ele afirma o compromisso com a democracia, a liberdade, a igualdade, a defesa dos direitos humanos e sociais, contra todas as formas de preconceito, no compromisso com a qualidade dos serviços prestados e em aliança com os segmentos comprometidos com as lutas emancipatórias.

Sabe-se que as instituições empregadoras tendem a restringir recursos e direitos, a exigir produtividade e a realçar a rotina burocrática, em detrimento de propostas de trabalho de caráter técnico-educativo. A existência desta tensão não é uma impossibilidade, *mas "é a nossa vitalidade"*, como nos lembra pronunciamento de Iasi em 2019. Ela atesta que não nos subordinamos passivamente às exigências do "mercado" ou do Estado. Em outros termos, é a nossa v*irtú*, no sentido de Maquiavel: astúcia e capacidade para adaptar-se às circunstâncias e aos tempos, ousadia para agarrar, com constância, a boa ocasião, e força para nela permanecer.

Essa tensão impulsiona exercitar nossa *relativa autonomia*, *historicamente condicionada pela correlação de forças políticas e resguardada pela legislação profissional. Somos trabalhadores assalariados e dependemos do destino do conjunto da classe trabalhadora*. *Como todo assalariado, estamos sujeitos à alienação do trabalho:* o controle do trabalho é do empregador; as prioridades são por ele definidas; os meios de trabalho (financeiros, materiais, institucionais) são propriedade da instituição contratante; as expressões da "questão social" com que se trabalha são definidas pelo mandato institucional. Assim, não se trata de "falta de sintonia entre 'teoria e prática'", mas de determinantes sociais da inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho". Importa *reforçar a ação conjunta com outros profissionais, entidades de representação,* fóruns de representação, articulação com a diversidade de segmentos de trabalhadores e movimentos sociais, contribuindo para publicizar suas necessidades e interesses.

8. Finalizando: na crise vigente, a defesa do *projeto profissional assim oxigenado só pode apoiar-se na solidariedade de classe em seus múltiplos matizes de gênero, raça e etnia, religião, território e geração. Somos convocados a* apreender expressões da "questão social" e a degradação da natureza vividas pelos sujeitos como unidade contraditória de desigualdades e rebeldias, numa dupla perspectiva: a) construir alianças com os sujeitos sociais na sua diversidade, alvo das ações profissionais; e b) identificar como os conflitos de classes incidem nas respostas do Estado à questão social via políticas públicas e no Serviço Social para desenvolver ações de assessoria, formação e apoio técnico aos grupos organizados e movimentos sociais[6]. E, assim, construir *uma frente ampla progressista no Serviço Social,* articulada às nossas entidades acadêmicas, gremiais e estudantis no com-

6 Estas afirmativas se inspiram em Duriguetto e Marro (2014) e em Duriguetto (2014).

bate às forças regressivas, impulsionando a luta pela paz, por conquistas democráticas e pelo respeito aos direitos humanos e sociais de todos os trabalhadores e trabalhadoras na sua unidade de diversidades.

Concluo com o escritor brasileiro Fernando Sabino (2020, p. 336), no livro *Encontro marcado.*

> De tudo ficarão três coisas:
> a certeza de estar sempre começando,
> a certeza de que é preciso continuar
> e a certeza de ser interrompido antes de terminar.
> Fazer da queda um passo de dança,
> do medo uma escada, do sonho uma ponte,
> da procura um encontro.

Contribuições dos/as autores/as: a autora participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ABESS; CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

ABEPSS. *GTPS* – Grupos Temáticos de Pesquisa. 2022a. Disponível em: https://www.abepss.org.br/gtps.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

ACOSTA, A. *O bem viver:* uma oportunidade de imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

AMARAL, W. R.; BILLAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, 2020.

ANTUNES, R. *Coronavírus:* o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

BARBOSA, R. N. C. A crítica à precariedade. *In:* CARVALHO, R. N. B.; ALMEIDA, N. L. T. *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida.* Curitiba: CRV, 2023.

BECK, U. Autodissolução do risco da sociedade industrial: que isso significa. *In:* BECK, U. *et al. Modernização reflexiva:* política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997a.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. *In:* BECK, U. *et al. Modernização reflexiva:* política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997b.

BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial*. Em busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2008.

BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social.* São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. *Discurso do presidente Lula durante sessão extraordinária da Liga dos Estado Árabes, no Cairo (Egito)*. 15 fev. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-sessao-extraordinaria-da-liga-dos-estados-arabes-no-cairo-egito. Acesso em: 30 jul. 2024.

CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil:* formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

CÚPULA DA AMAZÔNIA. Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia. *Carta dos Povos da Terra pela Amazônia*. 7 ago. 2023. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/?q=carta-dos-povos-da-terra-pela-amazonia. Acesso em: 18 mar. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo* – Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-1990: desafios e perspectivas. *In:* ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. *Movimentos e Serviço Social*: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Í. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos da ruptura com o conservadorismo. *In*: OLIVEIRA; SILVA, M. L. (Org.). *Serviço Social no Brasil:* história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2014.

FERNANDES, F. Introdução. *In:* FERNANDES, F. (Org.). *K. Marx e F. Engels:* história. São Paulo: Ática, 1983.

FORO SOCIAL Amazônico; REPAM; ASAMBLEA MUNDIAL. *Declaración internacional. El grito de la Amazonia*. *In:* FOSPA, 11. Rurrenabaque, San Boaventura, Bolívia. 23 jul. 2023. Disponível em: https://servicosocial-ramires.blogspot.com/2022/07/a-carta-dos-povos-para-um-mundo-eco.html. Acesso em: 18 mar. 2024.

GIDDENS, A. *A terceira via.* Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. Política, trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 2007.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Anthony Giddens*. O sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FVG, 2000.

HOBSBAWM, E. *Sobre história*. Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HUSSON, M. *Miséria do capital*. Uma crítica ao neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, questão social e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Nas trilhas coletivas da resistência: Serviço Social e lutas sociais na América Latina. *Temporalis*, Brasília, ano 22, n. 44, jul.-dez. 2021

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS C. M. (Org.). *A história pelo avesso:* a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.

IANNI, O. Enigmas do pensamento latino-americano. *In:* IAMAMOTO, M. V.; BEHRING, E. R. *Pensamento de Octavio Ianni:* um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

IASSW-AIETS. *Definição global de Serviço Social.* Itália, 2024a. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/global-definition-of-social-work-review-of-the-global-definition/. Acesso em: 18 mar. 2024a.

IASSW-AIETS. *Agenda global.* Itália, 2024b. Disponível em: https://www.iassw-aiets.org/global-agenda/. Acesso em: 18 mar. 2024b.

IFSW. *Abraçando a fraternidade humana:* o papel vital do trabalho social no cultivo da paz e da unidade global. Suiça: IFSW, 2024. Disponível em: https://www.ifsw.org/embracing-human-fraternity-the-vital-role-of-social-work-in-cultivating-global-peace-and-unity/. Acesso em: 24 mar. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Lista de organizações indígenas.* São Paulo, 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas. Acesso em: 9 mar. 2024.

MARX, K. *O capital.* Crítica da economia política. Vol. III, Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Livros I, II e III. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, A. Israel, Palestina. *Global*, 5 dez. 2023.

O GLOBO. O desafio de cuidar do umbigo do mundo. Vozes da Amazônia se articulam para promover o desenvolvimento local, com respeito à floresta, em áreas como educação, bioeconomia e ciência. *O Globo*, 5 set. 2023.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor:* a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

ONU. *Transformando nosso mundo:* a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. ONU, Nova York, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

PERTILLO, J. P. Superar, aniquilar e conservar: a filosofia da história de Hegel. *IHU*, Porto Alegre, n. 430, 21 out. 2013.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

ROSA, G. *Ficção completa*. Vol. 1 e II. Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1995.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.* São Paulo: Boitempo, 1999.

SABINO, F. *Encontro marcado.* Rio de Janeiro: Record, 2020.